

# ÍNDICE-SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA À 17ª EDIÇÃO 5

## I – PARTE GERAL E REGISTOS

### CÓDIGO COMERCIAL

CARTA DE LEI DE 28 DE JUNHO DE 1888 9

LIVRO PRIMEIRO – DO COMÉRCIO EM GERAL 9

    TÍTULO I – Disposições gerais 9

    TÍTULO II – Da capacidade comercial e dos comerciantes 10

        CAPÍTULO I – Da capacidade comercial 10

        CAPÍTULO II – Dos comerciantes 11

    TÍTULO III – Da firma 11

    TÍTULO IV – Da escrituração 12

    TÍTULO V – Do registo 14

    TÍTULO VI – Do balanço 14

    TÍTULO VII – Dos corretores 14

    TÍTULO VIII – Dos lugares destinados ao comércio 14

        CAPÍTULO I – Das bolsas 14

        CAPÍTULO II – Dos mercados, feiras, armazéns e lojas 15

LIVRO SEGUNDO – DOS CONTRATOS ESPECIAIS DE COMÉRCIO 15

    TÍTULO I – Disposições gerais 15

    TÍTULO II – Das sociedades 17

    TÍTULO III – Da conta em participação 17

    TÍTULO IV – Das empresas 17

    TÍTULO V – Do mandato 18

        CAPÍTULO I – Disposições gerais 18

        CAPÍTULO II – Dos gerentes, auxiliares e caixeiros 21

        CAPÍTULO III – Da comissão 24

## ÍNDICE-SUMÁRIO

TÍTULO VI – Das letras, livranças e cheques	26
TÍTULO VII – Da conta corrente	27
TÍTULO VIII – Das operações de bolsa	28
TÍTULO IX – Das operações de banco	28
TÍTULO X – Do Transporte	28
TÍTULO XI – Do empréstimo	34
TÍTULO XII – Do penhor	34
TÍTULO XIII – Do depósito	35
TÍTULO XIV – Do depósito de géneros e mercadorias nos armazéns gerais	36
TÍTULO XV – Dos seguros	38
TÍTULO XVI – Da compra e venda	38
TÍTULO XVII – Do reporte	41
TÍTULO XVIII – Do escambo ou troca	42
TÍTULO XIX – Do aluguer	42
TÍTULO XX – Da transmissão e reforma de títulos de crédito mercantil	42
LIVRO TERCEIRO – DO COMÉRCIO MARÍTIMO	43
TÍTULO I – Dos navios	43
CAPÍTULO I – Disposições gerais	43
CAPÍTULO II – Do proprietário	43
CAPÍTULO III – Do capitão	43
CAPÍTULO IV – Da tripulação	44
CAPÍTULO V – Do conhecimento	44
CAPÍTULO VI – Do fretamento	44
CAPÍTULO VII – Dos passageiros	44
CAPÍTULO VIII – Dos privilégios creditórios e das hipotecas	44
SECÇÃO I – Dos privilégios creditórios	44
SECÇÃO II – Das hipotecas	46
TÍTULO II – Do seguro contra riscos de mar	48
TÍTULO III – Do abandono	52
TÍTULO IV – Do contrato de risco	54
TÍTULO V – Das avarias	56
TÍTULO VI – Das arribadas forçadas	60
TÍTULO VII – Da abalroação	61
TÍTULO VIII – Da salvação e assistência	63
LIVRO QUARTO – DAS FALÊNCIAS	63
CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL	
DECRETO-LEI Nº 403/86, DE 3 DE DEZEMBRO	65
CAPÍTULO I – Objecto, efeitos e vícios do registo	65
CAPÍTULO II – Competência para o registo	74
CAPÍTULO III – Processo de registo	74
CAPÍTULO IV – Actos de registo	85

CAPÍTULO V – Publicidade e prova do registo	96
SECÇÃO I – Publicidade	96
SECÇÃO II – Meios de prova	98
SECÇÃO III – Bases de dados do registo comercial	99
CAPÍTULO VI – Suprimento, rectificação e reconstituição do registo	103
CAPÍTULO VII – Impugnação de decisões	108
CAPÍTULO VIII – Outros actos	111
CAPÍTULO IX – Disposições diversas	112
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL	
PORTARIA Nº 657-A/2006, DE 29 DE JUNHO	113
CAPÍTULO I – Suporte e processo de registo	113
SECÇÃO I – Suportes de registo	113
SECÇÃO II – Processo de registo	114
CAPÍTULO II – Menções dos registos	115
SECÇÃO I – Registos por transcrição	115
SECÇÃO II – Registos por depósito	120
CAPÍTULO III – Disposições finais	122
REGIME DA PROMOÇÃO ELETRÓNICA DE ATOS DE REGISTO COMERCIAL	
PORTARIA Nº 1416-A/2006, DE 19 DE DEZEMBRO	123
CAPÍTULO I – Registos online e certidão permanente	124
SECÇÃO I – Disposições gerais	124
SECÇÃO II – Promoção de actos de registo comercial online	125
SECÇÃO III – Depósito da prestação de contas	128
SECÇÃO IV – Certidão permanente	131
CAPÍTULO II – Alteração à tabela de honorários e encargos notariais e ao Regulamento do Registo Comercial	132
CAPÍTULO III – Disposições finais e transitórias	132
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE SOCIEDADES	
DECRETO-LEI Nº 111/2005, DE 8 DE JULHO	133
CAPÍTULO I – Regime especial de constituição imediata de sociedades	134
CAPÍTULO II – Alterações legislativas	141
CAPÍTULO III – Postos de atendimento e informação obrigatória	141
CAPÍTULO IV – Disposições finais e transitórias	142
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO ON-LINE DE SOCIEDADES	
DECRETO-LEI Nº 125/2006, DE 29 DE JUNHO	143
CAPÍTULO I – Regime especial de constituição on-line de sociedades	144
CAPÍTULO II – Alterações legislativas	150
CAPÍTULO III – Disposições finais e transitórias	150

PROCEDIMENTO DE CONSTITUIÇÃO <i>ONLINE</i> DE SOCIEDADES COMERCIAIS E CIVIS SOB A FORMA COMERCIAL DO TIPO POR QUOTAS E ANÓNIMA	
PORTARIA Nº 155/2024/1, DE 24 DE MAIO	153
CAPÍTULO I Disposição Geral	155
CAPÍTULO II Procedimento de constituição <i>online</i> de sociedades comerciais e civis sob a forma comercial do tipo por quotas e anónima	155
CAPÍTULO III Página eletrónica da entidade	159
CAPÍTULO IV Alterações regulamentares	160
CAPÍTULO V Disposições finais	160
REGIME DO REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLETIVAS	
DECRETO-LEI Nº 129/98, DE 13 DE MAIO	161
TÍTULO I – Disposições gerais	165
TÍTULO II – Ficheiro central de pessoas colectivas	165
CAPÍTULO I – Âmbito e forma de inscrição	165
CAPÍTULO II – Número e cartão de identificação	169
CAPÍTULO III – Base de dados do ficheiro central de pessoas colectivas	170
TÍTULO III – Admissibilidade de firmas e denominações	174
CAPÍTULO I – Princípios gerais	174
CAPÍTULO II – Regras especiais	175
CAPÍTULO III – Procedimento	177
CAPÍTULO IV – Vicissitudes	182
TÍTULO IV – Impugnação de decisões	183
CAPÍTULO I – Recurso hierárquico e impugnação judicial	183
CAPÍTULO II – Tribunal Arbitral	186
TÍTULO V – Sanções	186
TÍTULO VI – Registo Nacional de Pessoas Colectivas	188
CAPÍTULO I – Competência e direcção	188
CAPÍTULO II – Pessoal	190
CAPÍTULO III – Funcionamento	190
II – SOCIEDADES	
CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	
DECRETO-LEI Nº 262/86, DE 2 DE SETEMBRO	195
DECRETO-LEI Nº 76-A/2006, DE 29 DE MARÇO	205
TÍTULO I – Parte geral	215
CAPÍTULO I – Âmbito de aplicação	215
CAPÍTULO II – Personalidade e capacidade	217
CAPÍTULO III – Contrato de sociedade	217

SECÇÃO I – Celebração e registo	217
SECÇÃO II – Obrigações e direitos dos sócios	221
SUBSECÇÃO I – Obrigações e direitos dos sócios em geral	221
SUBSECÇÃO II – Obrigação de entrada	223
SUBSECÇÃO III – Conservação do capital	225
SECÇÃO III – Regime da sociedade antes do registo.	
Invalidade do contrato	228
CAPÍTULO IV – Deliberações dos sócios	233
CAPÍTULO V – Administração e fiscalização	237
CAPÍTULO VI – Apreciação anual da situação da sociedade	237
CAPÍTULO VII – Responsabilidade civil pela constituição, administração e fiscalização da sociedade	243
CAPÍTULO VIII – Alterações do contrato	248
SECÇÃO I – Alterações em geral	248
SECÇÃO II – Aumento do capital	248
SECÇÃO III – Redução do capital	251
CAPÍTULO IX – Fusão de sociedades	252
SECÇÃO I – Fusão interna	252
SECÇÃO II – Fusão transfronteiriça	263
CAPÍTULO X – Cisão de sociedades	270
SECÇÃO I – Cisão interna	270
SECÇÃO II – Cisão transfronteiriça	273
CAPÍTULO XI – Transformação de sociedades	281
SECÇÃO I – Transformação interna	281
SECÇÃO II – Transformação transfronteiriça	284
CAPÍTULO XII – Dissolução da sociedade	291
CAPÍTULO XIII – Liquidação da sociedade	292
CAPÍTULO XIV – Publicidade de actos sociais	298
CAPÍTULO XV – Fiscalização pelo Ministério Público	300
CAPÍTULO XVI – Prescrição	300
TÍTULO II – Sociedades em nome colectivo	301
CAPÍTULO I – Características e contrato	301
CAPÍTULO II – Deliberações dos sócios e gerência	306
CAPÍTULO III – Alterações do contrato	308
CAPÍTULO IV – Dissolução e liquidação da sociedade	308
TÍTULO III – Sociedades por quotas	308
CAPÍTULO I – Características e contrato	308
CAPÍTULO II – Obrigações e direitos dos sócios	310
SECÇÃO I – Obrigação de entrada	310
SECÇÃO II – Obrigações de prestações acessórias	312
SECÇÃO III – Prestações suplementares	313
SECÇÃO IV – Direito à informação	314
SECÇÃO V – Direito aos lucros	315

CAPÍTULO III – Quotas	315
SECÇÃO I – Unidade, montante e divisão da quota	315
SECÇÃO II – Contitularidade da quota	317
SECÇÃO III – Transmissão da quota	318
SECÇÃO IV – Amortização da quota	321
SECÇÃO V – Execução da quota	323
SECÇÃO VI – Exoneração e exclusão de sócios	323
SECÇÃO VII – Registo das quotas	325
CAPÍTULO IV – Contrato de suprimento	326
CAPÍTULO V – Deliberações dos sócios	327
CAPÍTULO VI – Gerência e fiscalização	330
CAPÍTULO VII – Apreciação anual da situação da sociedade	334
CAPÍTULO VIII – Alterações do contrato	335
CAPÍTULO IX – Dissolução da sociedade	337
CAPÍTULO X – Sociedades unipessoais por quotas	337
TÍTULO IV – Sociedades anónimas	339
CAPÍTULO I – Características e contrato	339
CAPÍTULO II – Obrigações e direitos dos accionistas	344
SECÇÃO I – Obrigação de entrada	344
SECÇÃO II – Obrigação de prestações acessórias	345
SECÇÃO III – Direito à informação	345
SECÇÃO IV – Direito aos lucros	348
CAPÍTULO III – Acções	350
SECÇÃO I – Generalidades	350
SECÇÃO II – Oferta pública de aquisição de acções	352
SECÇÃO III – Acções próprias	352
SECÇÃO IV – Transmissão de acções	356
SUBSECÇÃO I – Formas de transmissão	356
SUBSECÇÃO II – Limitações à transmissão	356
SUBSECÇÃO III – Regime de registo e regime de depósito	357
SECÇÃO V – Acções preferenciais sem direito de voto	357
SECÇÃO VI – Acções preferenciais remíveis	359
SECÇÃO VII – Amortização de acções	360
CAPÍTULO IV – Obrigações	361
SECÇÃO I – Obrigações em geral	361
SECÇÃO II – Modalidades de obrigações	367
CAPÍTULO V – Deliberações dos accionistas	374
CAPÍTULO VI – Administração, fiscalização e secretário da sociedade	381
SECÇÃO I – Conselho de administração	381
SECÇÃO II – Fiscalização	391
SECÇÃO III – Comissão de auditoria	399
SECÇÃO IV – Conselho de administração executivo	402
SECÇÃO V – Conselho geral e de supervisão	405

SECÇÃO VI – Revisor oficial de contas	409
SECÇÃO VII – Secretário da sociedade	409
CAPÍTULO VII – Publicidade de participações e abuso de informações	411
CAPÍTULO VIII – Apreciação anual da situação da sociedade	413
CAPÍTULO IX – Aumento e redução do capital	415
CAPÍTULO X – Dissolução da sociedade	418
TÍTULO V – Sociedades em comandita	418
CAPÍTULO I – Disposições comuns	418
CAPÍTULO II – Sociedades em comandita simples	420
CAPÍTULO III – Sociedades em comandita por acções	421
TÍTULO VI – Sociedades coligadas	421
CAPÍTULO I – Disposições gerais	421
CAPÍTULO II – Sociedades em relação de simples participação, de participações recíprocas e de domínio	422
CAPÍTULO III – Sociedades em relação de grupo	424
SECÇÃO I – Grupos constituídos por domínio total	424
SECÇÃO II – Contrato de grupo paritário	425
SECÇÃO III – Contrato de subordinação	426
CAPÍTULO IV – Apreciação anual da situação de sociedades obrigadas à consolidação de contas	430
TÍTULO VII – Disposições penais	435
TÍTULO VIII – Disposições finais e transitórias	442
ESTATUTO DA SOCIEDADE EUROPEIA (SE)	
REGULAMENTO (CE) Nº 2157/2001	
DO CONSELHO DE 8 DE OUTUBRO DE 2001	447
TÍTULO I – Disposições gerais	451
TÍTULO II – Constituição	456
SECÇÃO 1 – Generalidades	456
SECÇÃO 2 – Constituição de uma SE por meio de fusão	456
SECÇÃO 3 – Constituição de uma SE “holding”	461
SECÇÃO 4 – Constituição de uma SE “filial”	463
SECÇÃO 5 – Transformação de uma sociedade anónima em SE	463
TÍTULO III – Estrutura da SE	464
SECÇÃO 1 – Sistema dualista	464
SECÇÃO 2 – Sistema monista	465
SECÇÃO 3 – Regras comuns aos sistemas monista e dualista	466
SECÇÃO 4 – Assembleia geral	468
TÍTULO IV – Contas anuais e contas consolidadas	470
TÍTULO V – Dissolução, liquidação, insolvência e cessação de pagamentos	470
TÍTULO VI – Disposições complementares e transitórias	472

TÍTULO VII – Disposições finais	472
ANEXO I – Sociedades Anónimas referidas no nº 1 do artigo 2º	473
ANEXO II – Sociedades Anónimas e Sociedades de Responsabilidade Limitada referidas no nº 2 do artigo 2º	475
<b>REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS EUROPEIAS</b>	
DECRETO-LEI Nº 2/2005, DE 4 DE JANEIRO	479
CAPÍTULO I – Disposições gerais	483
CAPÍTULO II – Modos de constituição	484
SECÇÃO I – Constituição de uma sociedade anónima europeia por fusão	484
SECÇÃO II – Constituição de uma sociedade anónima europeia gestora de participações sociais	487
CAPÍTULO III – Sede e transferência de sede da sociedade anónima europeia	487
CAPÍTULO IV – Órgãos sociais	489
CAPÍTULO V – Transformação em sociedade anónima	490
<b>REGIME DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS</b>	
LEI Nº 4/73, DE 4 DE JUNHO	491
<b>REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS</b>	
DECRETO-LEI Nº 430/73, DE 25 DE AGOSTO	493
<b>AGRUPAMENTO EUROPEU DE INTERESSE ECONÓMICO (AEIE)</b>	
REGULAMENTO (CEE) Nº 2137/85 DO CONSELHO DE 25 DE JULHO DE 1985	499
<b>REGIME SUBSTANTIVO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE INTERESSE ECONÓMICO</b>	
DECRETO-LEI Nº 148/90, DE 9 DE MAIO	515
<b>REGIME SANCIONATÓRIO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE INTERESSE ECONÓMICO</b>	
DECRETO-LEI Nº 2/91, DE 5 DE JANEIRO	519
<b>ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA</b>	
DECRETO-LEI Nº 248/86, DE 25 DE AGOSTO	525
CAPÍTULO I – Constituição	530
CAPÍTULO II – Administração e funcionamento	532
CAPÍTULO III – Elaboração das contas anuais	533
CAPÍTULO IV – Alteração do acto constitutivo	535

SECÇÃO I – Aumento do capital	535
SECÇÃO II – Redução do capital	535
CAPÍTULO V – Negociação, oneração e penhora do estabelecimento individual de responsabilidade limitada	536
CAPÍTULO VI – Liquidação do estabelecimento individual de responsabilidade limitada	537
CAPÍTULO VII – Disposições finais	540
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DECRETO-LEI Nº 495/88, DE 30 DE DEZEMBRO	543
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES DESPORTIVAS LEI Nº 39/2023, DE 4 DE AGOSTO	551
CAPÍTULO I – Disposições gerais	551
CAPÍTULO II – Regime jurídico	552
CAPÍTULO III – Constituição de sociedades desportivas	553
CAPÍTULO IV – Órgãos sociais	556
CAPÍTULO V – Funcionamento	560
CAPÍTULO VI – Disposições comuns	561
CAPÍTULO VII – Fiscalização, regulação e supervisão	564
CAPÍTULO VIII – Contraordenações	566
CAPÍTULO IX – Disposições finais e transitórias	570
REGIME JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS DECRETO-LEI Nº 76-A/2006, DE 29 DE MARÇO	573
SECÇÃO I – Disposições gerais	573
SECÇÃO II – Procedimento administrativo de dissolução	574
SECÇÃO III – Procedimento administrativo de liquidação	580
SECÇÃO IV – Procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais	585
PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS NA INTERNET PORTARIA Nº 590-A/2005, DE 14 DE JULHO	587
REGIME DA REPRESENTAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE MULHERES E HOMENS NOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL E DAS EMPRESAS COTADAS EM BOLSA LEI Nº 62/2017, DE 1 DE AGOSTO	591

REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL  
DO BENEFICIÁRIO EFETIVO (RCBE)

LEI Nº 89/2017, DE 21 DE AGOSTO	597
CAPÍTULO I – Disposições gerais	603
CAPÍTULO II – Declaração do beneficiário efetivo	605
CAPÍTULO III – Procedimento	610
CAPÍTULO IV – Acesso	611
CAPÍTULO V – Retificação do Registo Central do Beneficiário Efetivo	613
CAPÍTULO VI – Proteção de dados, conservação de registos e dados estatísticos	614
CAPÍTULO VII – Fiscalização e sanções	616
CAPÍTULO VIII – Disposição final	618

III – CONTRATOS COMERCIAIS

REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE AGÊNCIA

DECRETO-LEI Nº 178/86, DE 3 DE JULHO	621
CAPÍTULO I – Disposições gerais	623
CAPÍTULO II – Direitos e obrigações das partes	624
SECÇÃO I – Obrigações do agente	624
SECÇÃO II – Direitos do agente	625
CAPÍTULO III – Protecção de terceiros	627
CAPÍTULO IV – Cessação do contrato	628
CAPÍTULO V – Normas de conflitos	630
CAPÍTULO VI – Disposição final	631

REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE SEGURO

DECRETO-LEI Nº 72/2008, DE 16 DE ABRIL	633
TÍTULO I – Regime comum	637
CAPÍTULO I – Disposições preliminares	637
SECÇÃO I – Âmbito de aplicação	637
SECÇÃO II – Imperatividade	639
CAPÍTULO II – Formação do contrato	643
SECÇÃO I – Sujeitos	643
SECÇÃO II – Informações	644
SUBSECÇÃO I – Deveres de informação do segurador	644
SUBSECÇÃO II – Deveres de informação do tomador do seguro ou do segurado	646
SECÇÃO III – Celebração do contrato	647
SECÇÃO IV – Mediação	648

SECÇÃO V – Forma do contrato e apólice de seguro	649
CAPÍTULO III – Vigência do contrato	651
CAPÍTULO IV – Conteúdo do contrato	651
SECÇÃO I – Interesse e risco	651
SECÇÃO II – Seguro por conta própria e de outrem	652
SECÇÃO III – Cláusulas específicas	653
SECÇÃO IV – Prémio	654
SUBSECÇÃO I – Disposições comuns	654
SUBSECÇÃO II – Regime especial	656
CAPÍTULO V – Co-seguro	657
SECÇÃO I – Disposições comuns	657
SECÇÃO II – Co-seguro comunitário	658
CAPÍTULO VI – Resseguro	659
CAPÍTULO VII – Seguro de grupo	659
SECÇÃO I – Disposições comuns	659
SECÇÃO II – Seguro de grupo contributivo	661
CAPÍTULO VIII – Vicissitudes	663
SECÇÃO I – Alteração do risco	663
SECÇÃO II – Transmissão do seguro	664
SECÇÃO III – Insolvência	665
CAPÍTULO IX – Sinistro	665
SECÇÃO I – Noção e participação	665
SECÇÃO II – Pagamento	666
CAPÍTULO X – Cessaçã do contrato	666
SECÇÃO I – Regime comum	666
SECÇÃO II – Caducidade	667
SECÇÃO III – Revogaçã	668
SECÇÃO IV – Denúncia	668
SECÇÃO V – Resoluçã	669
CAPÍTULO XI – Disposições complementares	670
TÍTULO II – Seguro de danos	671
CAPÍTULO I – Parte geral	671
SECÇÃO I – Identificaçã	671
SECÇÃO II – Afastamento e mitigaçã do sinistro	672
SECÇÃO III – Princípio indemnizatório	673
CAPÍTULO II – Parte especial	675
SECÇÃO I – Seguro de responsabilidade civil	675
SUBSECÇÃO I – Regime comum	675
SUBSECÇÃO II – Disposições especiais de seguro obrigatório	677
SECÇÃO II – Seguro de incêndio	677
SECÇÃO III – Seguros de colheitas e pecuário	678
SECÇÃO IV – Seguro de transporte de coisas	679

SECÇÃO V – Seguro financeiro	680
SECÇÃO VI – Seguro de protecção jurídica	682
SECÇÃO VII – Seguro de assistência	683
TÍTULO III – Seguro de pessoas	684
CAPÍTULO I – Disposições comuns	684
CAPÍTULO II – Seguro de vida	686
SECÇÃO I – Regime comum	686
SUBSECÇÃO I – Disposições preliminares	686
SUBSECÇÃO II – Risco	688
SUBSECÇÃO III – Direitos e deveres das partes	689
SECÇÃO II – Operações de capitalização	693
CAPÍTULO III – Seguros de acidente e de saúde	694
SECÇÃO I – Seguro de acidentes pessoais	694
SECÇÃO II – Seguro de saúde	695
REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS DE CONSÓRCIO E DE ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO	
DECRETO-LEI N.º 231/81, DE 28 DE JULHO	697
CAPÍTULO I – Do contrato de consórcio	698
CAPÍTULO II – Do contrato de associação em participação	703
MEDIDAS CONTRA OS ATRASOS NO PAGAMENTO DE TRANSAÇÕES COMERCIAIS	
DECRETO-LEI N.º 62/2013, DE 10 DE MAIO	709
TAXA SUPLETIVA DE JUROS MORATÓRIOS DOS CRÉDITOS DE QUE SEJAM TITULARES EMPRESAS COMERCIAIS	
PORTARIA N.º 277/2013, DE 26 DE AGOSTO	717
IV – TÍTULOS DE CRÉDITO	
LEI UNIFORME RELATIVA ÀS LETRAS E LIVRANÇAS	
TÍTULO I – Das letras	721
CAPÍTULO I – Da emissão e forma da letra	721
CAPÍTULO II – Do endosso	723
CAPÍTULO III – Do aceite	725
CAPÍTULO IV – Do aval	726
CAPÍTULO V – Do vencimento	727
CAPÍTULO VI – Do pagamento	728
CAPÍTULO VII – Da acção por falta de aceite e falta de pagamento	729
CAPÍTULO VIII – Da intervenção	733
1 – Disposições gerais	733

2 – Aceite por intervenção	733
3 – Pagamento por intervenção	734
CAPÍTULO IX – Da pluralidade de exemplares e das cópias	735
1 – Pluralidade de exemplares	735
2 – Cópias	736
CAPÍTULO X – Das alterações	736
CAPÍTULO XI – Da prescrição	736
CAPÍTULO XII – Disposições gerais	737
TÍTULO II – Da livrança	737
LEI UNIFORME RELATIVA AO CHEQUE	
CAPÍTULO I – Da emissão e forma do cheque	739
CAPÍTULO II – Da transmissão	741
CAPÍTULO III – Do aval	743
CAPÍTULO IV – Da apresentação e do pagamento	744
CAPÍTULO V – Dos cheques cruzados e cheques a levar em conta	745
CAPÍTULO VI – Da ação por falta de pagamento	746
CAPÍTULO VII – Da pluralidade dos exemplares	749
CAPÍTULO VIII – Das alterações	749
CAPÍTULO IX – Da prescrição	749
CAPÍTULO X – Disposições gerais	750
REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO	
DECRETO-LEI Nº 454/91, DE 28 DE DEZEMBRO	751
DECRETO-LEI Nº 316/97, DE 19 DE NOVEMBRO	755
CAPÍTULO I – Das restrições ao uso de cheque	759
CAPÍTULO II – Obrigatoriedade de pagamento	762
CAPÍTULO III – Regime penal do cheque	763
CAPÍTULO IV – Contra-ordenações	765
CAPÍTULO V – Disposições finais	766
V – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	
DECRETO-LEI Nº 486/99, DE 13 DE NOVEMBRO	769
CAPÍTULO IV – Sociedades abertas	769
SECÇÃO I – Disposições gerais	769
SECÇÃO II – Participações qualificadas	772
SECÇÃO II-A – Direito de voto em emitentes de ações admitidas à negociação	781
SECÇÃO II-B – Identificação dos acionistas, transmissão de informações e facilitação do exercício dos direitos dos acionistas	782

SECÇÃO III – Deliberações sociais	785
SECÇÃO III-A – Política de remuneração	791
SECÇÃO III-B – Transparência dos intermediários financeiros que prestam o serviço de gestão de carteiras por conta de outrem, dos investidores institucionais e dos consultores em matéria de votação	795
<b>REGIME JURÍDICO DO FINANCIAMENTO COLABORATIVO</b>	
LEI Nº 102/2015, DE 24 DE AGOSTO	801
CAPÍTULO I – Disposições gerais	801
CAPÍTULO II – Disposições comuns	802
CAPÍTULO III – Financiamento colaborativo de donativo ou recompensa	803
CAPÍTULO III-A – Financiamento colaborativo de capital ou empréstimo	805
CAPÍTULO IV – Disposições transitórias e finais	810
<b>VI – PROPRIEDADE INDUSTRIAL</b>	
<b>CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL</b>	
DECRETO-LEI Nº 110/2018, DE 10 DE DEZEMBRO	813
TÍTULO I – Parte geral	825
CAPÍTULO I – Disposições gerais	825
CAPÍTULO II – Tramitação administrativa	827
CAPÍTULO III – Transmissão e licenças	835
CAPÍTULO IV – Extinção dos direitos de propriedade industrial	836
CAPÍTULO V – Recurso	838
SUBCAPÍTULO I – Recurso judicial	838
SUBCAPÍTULO II – Recurso arbitral	840
TÍTULO II – Regimes jurídicos da propriedade industrial	841
CAPÍTULO I – Invenções	841
SUBCAPÍTULO I – Patentes	841
SECÇÃO I – Disposições gerais	841
SECÇÃO II – Processo de patente	846
SUBSECÇÃO I – Via nacional	846
SUBSECÇÃO II – Via europeia	852
SUBSECÇÃO III – Via tratado de cooperação em matéria de patentes	856
SECÇÃO III – Efeitos da patente	858
SECÇÃO IV – Condições de utilização	861
SECÇÃO V – Invalidade da patente	865
SECÇÃO VI – Certificado complementar de proteção para medicamentos e produtos fitofarmacêuticos	866
SUBCAPÍTULO II – Modelos de utilidade	868
SECÇÃO I – Disposições gerais	868
SECÇÃO II – Processo de modelo de utilidade	870

SUBSECÇÃO I – Via nacional	870
SUBSECÇÃO II – Via tratado de cooperação em matéria de patentes	873
SECÇÃO III – Efeitos do modelo de utilidade	873
SECÇÃO IV – Condições de utilização	875
SECÇÃO V – Invalidade do modelo de utilidade	875
CAPÍTULO II – Topografias de produtos semicondutores	875
SECÇÃO I – Disposições gerais	875
SECÇÃO II – Processo de registo	876
SECÇÃO III – Efeitos do registo	877
SECÇÃO IV – Condições de utilização	878
SECÇÃO V – Invalidade do registo	879
CAPÍTULO III – Desenhos ou modelos	879
SECÇÃO I – Disposições gerais	879
SECÇÃO II – Processo de registo	882
SECÇÃO III – Efeitos do registo	888
SECÇÃO IV – Invalidade do registo	889
CAPÍTULO IV – Marcas	892
SECÇÃO I – Disposições gerais	892
SUBSECÇÃO I – Marcas de produtos ou de serviços	892
SUBSECÇÃO II – Marcas coletivas e marcas de certificação ou de garantia	893
SECÇÃO II – Processo de registo	896
SUBSECÇÃO I – Registo nacional	896
SUBSECÇÃO II – Marca da União Europeia	904
SUBSECÇÃO III – Registo internacional	905
SECÇÃO III – Efeitos do registo	906
SECÇÃO IV – Transmissão e licenças	909
SECÇÃO V – Extinção do registo de marca ou de direitos dele derivados	909
CAPÍTULO V – Recompensas	915
SECÇÃO I – Disposições gerais	915
SECÇÃO II – Processo de registo	916
SECÇÃO III – Uso e transmissão	917
SECÇÃO IV – Extinção do registo	917
CAPÍTULO VI – Logótipos	917
SECÇÃO I – Disposições gerais	917
SECÇÃO II – Processo de registo	918
SECÇÃO III – Dos efeitos do registo	922
SECÇÃO IV – Transmissão, nulidade, anulabilidade e caducidade do registo	922
CAPÍTULO VII – Denominações de origem e indicações geográficas	923
SECÇÃO I – Disposições gerais	923
SECÇÃO II – Processo de registo	924

SUBSECÇÃO I – Registo nacional	924
SUBSECÇÃO II – Registo internacional	925
SECÇÃO III – Efeitos, nulidade, anulabilidade e caducidade do registo	925
TÍTULO III – Infrações	927
CAPÍTULO I – Disposições gerais	927
CAPÍTULO II – Proteção dos segredos comerciais	928
CAPÍTULO III – Ilícitos criminais e contraordenacionais	929
SECÇÃO I – Disposições gerais	929
SECÇÃO II – Ilícitos criminais	930
SECÇÃO III – Ilícitos contraordenacionais	933
CAPÍTULO IV – Processo	935
SECÇÃO I – Medidas e procedimentos que visam garantir o respeito pelos direitos de propriedade industrial e pelos segredos comerciais	935
SUBSECÇÃO I – Disposições gerais	935
SUBSECÇÃO II – Provas	935
SUBSECÇÃO III – Informações	937
SUBSECÇÃO IV – Procedimentos cautelares	938
SUBSECÇÃO V – Indemnização	939
SUBSECÇÃO VI – Medidas decorrentes da decisão de mérito	940
SUBSECÇÃO VII – Medidas de publicidade	940
SECÇÃO II – Normas especiais em matéria de segredos comerciais	941
SECÇÃO III – Disposição subsidiária	943
SECÇÃO IV – Processo penal e contraordenacional	943
TÍTULO IV – Taxas	945
TÍTULO V – Boletim da Propriedade Industrial	948

## VII – INSOLVÊNCIA

### CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

DECRETO-LEI Nº 53/2004, DE 18 DE MARÇO	951
TÍTULO I – Disposições introdutórias	953
CAPÍTULO I – Disposições gerais	953
CAPÍTULO II – Processo especial de revitalização	958
TÍTULO II – Declaração da situação de insolvência	969
CAPÍTULO I – Pedido de declaração de insolvência	969
SECÇÃO I – Legitimidade para apresentar o pedido e desistência	969
SECÇÃO II – Requisitos da petição inicial	971
CAPÍTULO II – Tramitação subsequente	974
CAPÍTULO III – Sentença de declaração de insolvência e sua impugnação	977
SECÇÃO I – Conteúdo, notificação e publicidade da sentença	977
SECÇÃO II – Impugnação da sentença	981

CAPÍTULO IV – Sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência	983
TÍTULO III – Massa insolvente e intervenientes no processo	983
CAPÍTULO I – Massa insolvente e classificações dos créditos	983
CAPÍTULO II – Órgãos da insolvência	986
SECÇÃO I – Administrador da insolvência	986
SECÇÃO II – Comissão de credores	991
SECÇÃO III – Assembleia de credores	993
TÍTULO IV – Efeitos da declaração de insolvência	996
CAPÍTULO I – Efeitos sobre o devedor e outras pessoas	996
CAPÍTULO II – Efeitos processuais	998
CAPÍTULO III – Efeitos sobre os créditos	1000
CAPÍTULO IV – Efeitos sobre os negócios em curso	1003
CAPÍTULO V – Resolução em benefício da massa insolvente	1010
TÍTULO V – Verificação dos créditos. Restituição e separação de bens	1013
CAPÍTULO I – Verificação de créditos	1013
CAPÍTULO II – Restituição e separação de bens	1017
CAPÍTULO III – Verificação ulterior	1018
TÍTULO VI – Administração e liquidação da massa insolvente	1020
CAPÍTULO I – Providências conservatórias	1020
CAPÍTULO II – Inventário, lista de credores e relatório do administrador da insolvência	1021
CAPÍTULO III – Liquidação	1023
SECÇÃO I – Regime aplicável	1023
SECÇÃO II – Dispensa de liquidação	1027
TÍTULO VII – Pagamento aos credores	1028
TÍTULO VIII – Incidentes de qualificação da insolvência	1032
CAPÍTULO I – Disposições gerais	1032
CAPÍTULO II – Incidente pleno de qualificação da insolvência	1033
CAPÍTULO III – Incidente limitado de qualificação da insolvência	1035
TÍTULO IX – Plano de insolvência	1036
CAPÍTULO I – Disposições gerais	1036
CAPÍTULO II – Aprovação e homologação do plano de insolvência	1042
CAPÍTULO III – Execução do plano de insolvência e seus efeitos	1044
TÍTULO X – Administração pelo devedor	1054
TÍTULO XI – Encerramento do processo	1056
TÍTULO XII – Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares	1059
CAPÍTULO I – Exoneração do passivo restante	1059
CAPÍTULO III – Insolvência de não empresários e titulares de pequenas empresas	1066
SECÇÃO I – Disposições gerais	1066
SECÇÃO II – Plano de pagamentos aos credores	1066

## ÍNDICE-SUMÁRIO

SECÇÃO III – Insolvência de ambos os cônjuges	1071
TÍTULO XIII – Benefícios emolumentares e fiscais	1072
TÍTULO XIV – Execução do Regulamento (CE) nº 1346/2000, do Conselho, de 29 de Maio	1073
TÍTULO XV – Normas de conflitos	1074
CAPÍTULO I – Disposições gerais	1074
CAPÍTULO II – Processo de insolvência estrangeiro	1076
CAPÍTULO III – Processo particular de insolvência	1077
TÍTULO XVI – Indiciação de infracção penal	1078
TÍTULO XVII – Disposições finais	1079
REGIME JURÍDICO DA CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL	
LEI Nº 7/2018, DE 2 DE MARÇO	1081
REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
LEI Nº 8/2018, DE 2 DE MARÇO	1087
CAPÍTULO I – Disposições gerais	1087
CAPÍTULO II – Negociação do acordo de reestruturação	1089
SECÇÃO I – Sujeição das negociações ao Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas	1089
SECÇÃO II – Efeitos do depósito do protocolo de negociação	1091
SECÇÃO III – Negociação do acordo de reestruturação	1093
SECÇÃO IV – Encerramento	1094
CAPÍTULO III – Acordo de reestruturação	1095
SECÇÃO I – Conteúdo, forma e depósito	1095
SECÇÃO II – Efeitos do acordo de reestruturação	1097
SECÇÃO III – Incumprimento do acordo de reestruturação	1099
CAPÍTULO IV – Alteração aos Códigos do IRC e do IVA	1099
CAPÍTULO V – Responsabilidade dos administradores judiciais	1099
CAPÍTULO VI – Disposições finais e transitórias	1100

## SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA À 17ª EDIÇÃO	5
I – PARTE GERAL E REGISTOS	
CÓDIGO COMERCIAL CARTA DE LEI DE 28 DE JUNHO DE 1888	9
CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL DECRETO-LEI Nº 403/86, DE 3 DE DEZEMBRO	65
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL PORTARIA Nº 657-A/2006, DE 29 DE JUNHO	113
REGIME DA PROMOÇÃO ELETRÓNICA DE ATOS DE REGISTO COMERCIAL PORTARIA Nº 1416-A/2006, DE 19 DE DEZEMBRO	123
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE SOCIEDADES DECRETO-LEI Nº 111/2005, DE 8 DE JULHO	133
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO ON-LINE DE SOCIEDADES DECRETO-LEI Nº 125/2006, DE 29 DE JUNHO	143
PROCEDIMENTO DE CONSTITUIÇÃO <i>ONLINE</i> DE SOCIEDADES COMERCIAIS E CIVIS SOB A FORMA COMERCIAL DO TIPO POR QUOTAS E ANÓNIMA PORTARIA Nº 155/2024/1, DE 24 DE MAIO	153
REGIME DO REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLETIVAS DECRETO-LEI Nº 129/98, DE 13 DE MAIO	161
	1121

SUMÁRIO

II – SOCIEDADES

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

DECRETO-LEI Nº 262/86, DE 2 DE SETEMBRO	195
DECRETO-LEI Nº 76-A/2006, DE 29 DE MARÇO	205

ESTATUTO DA SOCIEDADE EUROPEIA (SE)

REGULAMENTO (CE) Nº 2157/2001 DO CONSELHO DE 8 DE OUTUBRO DE 2001	447
--	-----

REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS EUROPEIAS

DECRETO-LEI Nº 2/2005, DE 4 DE JANEIRO	479
--	-----

REGIME DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS

LEI Nº 4/73, DE 4 DE JUNHO	491
----------------------------	-----

REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DOS AGRUPAMENTOS  
COMPLEMENTARES DE EMPRESAS

DECRETO-LEI Nº 430/73, DE 25 DE AGOSTO	493
--	-----

AGRUPAMENTO EUROPEU DE INTERESSE ECONÓMICO (AEIE)

REGULAMENTO (CEE) Nº 2137/85 DO CONSELHO DE 25 DE JULHO DE 1985	499
--	-----

REGIME SUBSTANTIVO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS  
DE INTERESSE ECONÓMICO

DECRETO-LEI Nº 148/90, DE 9 DE MAIO	515
-------------------------------------	-----

REGIME SANCIONATÓRIO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS  
DE INTERESSE ECONÓMICO

DECRETO-LEI Nº 2/91, DE 5 DE JANEIRO	519
--------------------------------------	-----

ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE  
LIMITADA

DECRETO-LEI Nº 248/86, DE 25 DE AGOSTO	525
--	-----

REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES GESTORAS  
DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

DECRETO-LEI Nº 495/88, DE 30 DE DEZEMBRO	543
--	-----

REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES DESPORTIVAS

LEI Nº 39/2023, DE 4 DE AGOSTO	551
--------------------------------	-----

REGIME JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS DECRETO-LEI Nº 76-A/2006, DE 29 DE MARÇO	573
PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS NA INTERNET PORTARIA Nº 590-A/2005, DE 14 DE JULHO	587
REGIME DA REPRESENTAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE MULHERES E HOMENS NOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL E DAS EMPRESAS COTADAS EM BOLSA LEI Nº 62/2017, DE 1 DE AGOSTO	591
REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO (RCBE) LEI Nº 89/2017, DE 21 DE AGOSTO	597
III – CONTRATOS COMERCIAIS	
REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE AGÊNCIA DECRETO-LEI Nº 178/86, DE 3 DE JULHO	621
REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE SEGURO DECRETO-LEI Nº 72/2008, DE 16 DE ABRIL	633
REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS DE CONSÓRCIO E DE ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO DECRETO-LEI Nº 231/81, DE 28 DE JULHO	697
MEDIDAS CONTRA OS ATRASOS NO PAGAMENTO DE TRANSAÇÕES COMERCIAIS DECRETO-LEI Nº 62/2013, DE 10 DE MAIO	709
TAXA SUPLETIVA DE JUROS MORATÓRIOS DOS CRÉDITOS DE QUE SEJAM TITULARES EMPRESAS COMERCIAIS PORTARIA Nº 277/2013, DE 26 DE AGOSTO	717
IV – TÍTULOS DE CRÉDITO	
LEI UNIFORME RELATIVA ÀS LETRAS E LIVRANÇAS	721

SUMÁRIO

LEI UNIFORME RELATIVA AO CHEQUE	739
REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO	
DECRETO-LEI Nº 454/91, DE 28 DE DEZEMBRO	751
DECRETO-LEI Nº 316/97, DE 19 DE NOVEMBRO	755
V – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	
DECRETO-LEI Nº 486/99, DE 13 DE NOVEMBRO	769
REGIME JURÍDICO DO FINANCIAMENTO COLABORATIVO	
LEI Nº 102/2015, DE 24 DE AGOSTO	801
VI – PROPRIEDADE INDUSTRIAL	
CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	
DECRETO-LEI Nº 110/2018, DE 10 DE DEZEMBRO	813
VII – INSOLVÊNCIA	
CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
DECRETO-LEI Nº 53/2004, DE 18 DE MARÇO	951
REGIME JURÍDICO DA CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL	
LEI Nº 7/2018, DE 2 DE MARÇO	1081
REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
LEI Nº 8/2018, DE 2 DE MARÇO	1087
ÍNDICE-SUMÁRIO	1103
SUMÁRIO	1121

# BDJUR

BASE DE DADOS JURÍDICA

[LEGISLAÇÃO](#) [CÓDIGOS](#) [JURISPRUDÊNCIA](#) [FORMULÁRIOS](#) [EUR-LEX](#) [DICIONÁRIO](#) [FÓRUM JURÍDICO](#)

[bdjur.almedina.net](http://bdjur.almedina.net)

## QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia a dia, como as nossas minutas de autor.

### **PARA MAIS INFORMAÇÕES**

[assinaturas@bdjur.almedina.net](mailto:assinaturas@bdjur.almedina.net)

213 190 243

916 141 786

